

OS DEUSES, A MALTA E OS OUTROS

À época do Estado Novo, existiam os deuses e os outros. Estes últimos viviam o dia-a-dia das suas vidas monótonas, vibravam com os golos do Eusébio e as vitórias da seleção nacional, cumpriam as suas obrigações religiosas e iam aos arraiais populares, reuniam-se com os amigos e jogavam às cartas, não falavam de política mas especulavam sobre os vícios alheios, riam com as piadas do Solnado e choravam com os fados da Amália, sentiam-se herdeiros de uma História secular e eram avessos a desperdícios e outros desvarios... Quanto aos deuses, esses viviam num reino à parte, ditavam as leis e impunham a ordem pública, só eles conheciam os mistérios da governação, eram sábios, austeros e severos, uma vez por outra acediam a misturar-se com a grei e faziam discursos ou presidiam às inaugurações de edifícios públicos, mas, por regra, cultivavam a solidão dos seus gabinetes e a inacessibilidade das suas relações privadas, ávidos de poder, sabiam dissimular esta ambição exibindo uma jovialidade aparente, mais do que respeitados satisfazia-os sentirem-se temidos.

Veio o 25 de Abril, e passados todos estes anos nem os deuses desapareceram, nem os outros se emanciparam. Apenas a “malta” prosperou... Assim, os deuses são hoje personalidades políticas, democraticamente instaladas numa espécie de Senado informal e que gozam de uma auréola de santidade republicana, pronunciando a pedido ou espontaneamente “oráculos” que iluminam os nossos tempos de trevas e sacrifícios e revigoram o espírito da plebe... Os outros – ainda que menos pobres que outrora – continuam desprovidos de um poder efetivo, condenados que estão a ser, sistematicamente, iludidos por quem diz representá-los e, assim, ganha o seu voto e a viver somando dívidas, desemprego, precariedade, filhos adiados, emigração não desejada... Resta a “malta”, que tem lugar cativo nos partidos políticos e assento nos órgãos de soberania, progride na vida à custa do erário público, ambiciona uma carreira internacional no parlamento europeu ou noutras instâncias comunitárias, desbarata o dinheiro dos nossos impostos desresponsabilizando-se com o “luxo” constitucional que afirma ser o nosso Estado social¹ e enquanto cultiva a douta filosofia do “porreirismo nacional”²....

Nós esperamos e reclamamos – teimosamente, esperamos e reclamamos – o Amanhã que nos anunciaram, em que não haja deuses nem “malta”, e os outros possam, finalmente, cumprir a democracia convertendo-se, efetivamente e como ordena a Constituição, no único e legítimo soberano da nação portuguesa.

¹De acordo com os autores neo-liberais, os direitos sociais constituem o chamado “mercado dos gratuitos”, mercado este que é, inteiramente, irracional. Assim, não existindo preço, a oferta e a procura tendem a ser ilimitadas, havendo uma única entidade a lucrar: o respectivo fornecedor de bens e/ou serviços.

²Segundo rezam as crónicas dos nossos *mass media*, a manifestação mais recente deste “porreirismo nacional” residirá na celebração por diversas empresas públicas de contratos *swap* de natureza especulativa geradores de uma perda “potencial” para o Estado de cerca de 3 mil milhões de Euros.

João Varela
Coimbra, maio de 2013

Declaro que o texto é de minha autoria, sendo responsável pelo respectivo conteúdo e citações nele incluídas.